

PLANO DE ENSINO

IDENTIFICAÇÃO

ANO LETIVO

2026

SÉRIE

5º ano – Grade 2022

TURNO

Diurno e Noturno

NOME DA DISCIPLINA / GOOGLE SALA DE AULA

Direito Ambiental

CARGA HORÁRIA

SEMANAL: 2 Horas-aula

ANUAL: 80 Horas-aula

DOCENTE RESPONSÁVEL

Jorge Alberto de Oliveira Marum

EMENTA DA DISCIPLINA

Introdução ao Direito Ambiental. Aspectos históricos. Ética e sustentabilidade. Educação ambiental. Mínimo existencial ambiental. 2. O meio ambiente no quadro da evolução histórica dos direitos humanos. Interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. 3. Direito Ambiental: conceito e autonomia. Fontes do Direito Ambiental. 4. Meio ambiente na Constituição de 1988. 5. Princípios de direito ambiental. 6. Bens ambientais. 7. Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. 8. Responsabilidade por dano ou ameaça de dano ambiental: civil, administrativa e penal. Crimes ambientais. 9. Meio ambiente natural. 10. Meio ambiente artificial. 11. Meio ambiente cultural. 12. Direito Ambiental Internacional.

OBJETIVOS DA DISCIPLINA

Objetivos Gerais:

Apresentar aos alunos uma abordagem contemporânea do Direito Ambiental com o fim de possibilitar o desenvolvimento de valores sociais, ligados à ética, cidadania e direitos humanos.

Compreender os dilemas enfrentados pelo aplicador do direito na solução dos casos concretos.

Estimular a pesquisa na área do Direito Ambiental com a finalidade de criar ações inovadoras que agilizem e aperfeiçoem os mecanismos de atendimento aos anseios da sociedade moderna na caracterização dos seus direitos, visando o desenvolvimento sustentável.

Incentivar a extensão universitária por meio de elaboração de projetos sociais.

Compreender a importância do meio ambiente enquanto elemento essencial à qualidade de vida dos seres humanos.

Explorar com os alunos o sistema de proteção legal e jurídica do bem ambiental, partindo dos princípios ambientais contidos nas Declarações Internacionais e na Constituição Federal e descendo ao detalhamento da legislação infraconstitucional.

Possibilitar o desenvolvimento das competências e habilidades para que o egresso tenha, ao final do curso:

- a) Leitura, compreensão e elaboração de textos jurídicos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- b) Interpretação e aplicação do Direito;
- c) Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- d) Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- e) Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- f) Julgamento e tomada de decisões;
- g) Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- h) Capacidade para o trabalho em equipe.

Objetivos Específicos:

Capacitar os alunos para:

- a) Recordar a evolução histórica dos direitos humanos.
- b) Analisar a importância do Direito Ambiental na contemporaneidade como direito fundamental. Refletir sobre a sustentabilidade e como isso repercute na existência das presentes e futuras gerações. Reconhecer a importância dos recursos naturais para o desenvolvimento econômico. Analisar questões relacionadas ao mínimo existencial ambiental e às mudanças climáticas.
- a) Analisar, interpretar e aplicar as normas ambientais.
- b) Criticar e discutir as visões biocêntrica e antropocêntrica.
- c) Citar e explicar as fontes do Direito Ambiental.
- d) Explicar a autonomia do Direito Ambiental e sua relação com outras ciências e com outros ramos do Direito.
- e) Identificar e aplicar os princípios ambientais a situações práticas.
- f) Identificar, explicar, interpretar e aplicar as normas constitucionais específicas e gerais.
- g) Compreender e aplicar as normas constitucionais de competência ambiental. Identificar a competência legislativa e administrativa de cada ente da federação. Aplicar as normas de competência ambiental previstas na Lei Complementar n. 140/11. Diferenciar atuação supletiva de atuação subsidiária. Identificar os instrumentos de cooperação institucional.
- h) Analisar a natureza jurídica dos bens ambientais.

- i) Descrever e esquematizar a Política Nacional do Meio Ambiente (LPNMA) e identificar seus princípios e objetivos. Conceituar degradação da qualidade ambiental, poluição, poluidor e recursos ambientais.
- j) Descrever e esquematizar o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e examinar a competência de cada órgão que o compõe.
- k) Compreender a importância dos instrumentos da PNMA para a preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente. Relacionar qualidade ambiental com qualidade de vida.
- l) Citar, classificar e estabelecer as principais características das unidades de conservação. Diferenciar as unidades de conservação: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. Conceituar e identificar as áreas de preservação permanente (APPs) e a reserva legal (RL). Distinguir e comparar: unidades de conservação, áreas de preservação permanente e reserva legal.
- m) Citar, classificar e estabelecer as principais características dos seguintes instrumentos: avaliação de impacto ambiental, estudo prévio de impacto ambiental, relatório de impacto ambiental, licenciamento ambiental, audiência pública, relatório de qualidade do meio ambiente, cadastros ambientais e informação ambiental, participação e educação ambiental. Conceituar licenciamento ambiental e licença ambiental. Aplicar as regras de competência para o licenciamento ambiental. Citar e indicar as condições para a concessão das licenças ambientais. Analisar a importância da participação popular como forma de exercer a cidadania ambiental e efetivar o direito à informação ambiental.
- n) Interpretar e aplicar as normas ambientais pertinentes ao meio ambiente natural, patrimônio genético, cultural, artificial e do trabalho.
- o) Compreender e estar habilitados para atuar nas questões de mais relevo da atualidade, como mudanças climáticas, ESG, crédito de carbono, sustentabilidade etc.
- p) Conceituar, exemplificar, diferenciar e explicar os conceitos de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos.
- q) Discutir sobre as medidas de prevenção e repressão do dano ambiental. Analisar a responsabilidade por dano ambiental. Distinguir e identificar os requisitos da responsabilidade penal da civil e da administrativa. Interpretar e aplicar as normas ambientais com relação aos crimes e infrações ambientais.
- r) Utilizar os instrumentos de proteção administrativa, civil e criminal do meio ambiente e atuar nos processos administrativos e judiciais respectivos.
- s) Compreender e estar capacitados para a atuação no âmbito internacional de proteção ao meio ambiente.

INSTRUMENTOS E ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

Google Sala de Aula (Classroom): Os alunos devem acessar o Google Sala de Aula (Classroom) da disciplina correspondente para terem informações quanto aos detalhes e/ou instrumentos dos métodos avaliativos, bem como seus critérios de correção, quando for aplicável.

Arredondamentos: O arredondamento de nota ou a decisão por não arredondar é autonomia exclusiva do(a) professor(a). O arredondamento é aplicado de forma estratégica: não para facilitar a aprovação, mas fomentar a aprendizagem. Não haverá arredondamento.

Avaliação substitutiva: A solicitação de avaliação substitutiva deve ser realizada pelo aluno junto à Secretaria. Os prazos estão estipulados no Calendário Acadêmico. Para os casos sem motivo justificado, é necessário o pagamento de uma taxa, cujo valor é estipulado pela FADI. Este pagamento deve ser realizado na Tesouraria da FADI. A isenção da taxa é concedida para casos com motivo justificado, como doença, luto, matrimônio, serviço militar, convocação oficial, entre outros.

Regime de dependência e adaptação: No ato da matrícula ou rematrícula, os alunos devem se matricular nas disciplinas do regime de dependência e adaptação, quando aplicável. O regime de adaptação é destinado aos alunos que vieram de transferência externa e precisam complementar o currículo com disciplinas que ainda não haviam sido cursadas na instituição anterior. Já os alunos em dependência são aqueles que não atingiram a média mínima para a aprovação na disciplina. Nesse regime, os alunos não são obrigados a assistir às aulas regulares. Cada professor possui autonomia para escolher o método de ensino, revisão e avaliação a ser utilizado. Nesse contexto, o Google Sala de Aula (Classroom) torna-se uma ferramenta essencial, pois todas as informações, materiais didáticos e instrumentos metodológicos disponibilizados estarão acessíveis nessa plataforma. A média necessária para aprovação direta é 6,0 (seis). Se a média ficar entre 3,0 (três) e 5,9 (cinco e nove décimos), o aluno deverá realizar o exame. Caso a média seja inferior a 3,0 (três), o aluno estará automaticamente em dependência (DP). A média para aprovação do exame é 6,0 (seis). Nessa disciplina, o material base para os estudos, durante o semestre, estará disponível no Google Sala de Aula (Classroom). A prova é formada por questões dissertativas e discursivas. A avaliação é **individual**. A duração da avaliação é de **1 (uma) hora e 40 (quarenta) minutos**.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA (3 títulos)

AMADO, Frederico. *Direito Ambiental esquematizado*. São Paulo: Gen Editorial. (***) Aguardar a nova edição, com a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental – Lei n. 15.190/2025)

MARUM, Jorge Alberto de Oliveira. *Direito Ambiental sistematizado para cursos e concursos*. Curitiba: Appris Editora, 2023.

MILARÉ, Édis. *Direito do Ambiente*. São Paulo: Revista dos Tribunais. (***) Aguardar a nova edição, com a nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental – Lei n. 15.190/2025)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (5 títulos)

ANDRADE, Adriano (coord.). *Interesses Difusos e Coletivos* (dois volumes). São Paulo: Gen/Método, 13ª edição.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*. São Paulo: Saraiva.

Sarlet, Ingo Wolfgang, e Fensterseifer, Tiago. *Direito Constitucional Ecológico*. São Paulo: Revista dos Tribunais.

SILVA, José Afonso da. *Direito Ambiental Constitucional*. São Paulo: Malheiros.
_____. *Direito Urbanístico Brasileiro*. São Paulo: Malheiros.

Nº	TEMAS E ATIVIDADES	T/P	MÉTODO
1 DD/MM	Introdução. Apresentação da disciplina, objetivos, orientações gerais.	Teórica	Aula Expositiva
2 DD/MM	Ecologia e ética ambiental. A visão conservadora (R. Scruton). Antropocentrismo, biocentrismo e ecocentrismo.	Teórica	Aula Expositiva
3 DD/MM	Direito Ambiental: panorama histórico, conceito, autonomia e fontes. Princípios do Direito Ambiental.	Teórica	Aula Expositiva
4 DD/MM	O Meio Ambiente na Constituição de 1988.	Teórica	Aula Expositiva

5 DD/MM	O Meio Ambiente na Constituição de 1988 (continuação).	Teórica	Aula Expositiva
6 DD/MM	Competências ambientais constitucionais: a Lei Complementar n. 140/2011.	Teórica	Aula Expositiva
7 DD/MM	A Política Nacional do Meio Ambiente – LPNMA (Lei n. 6.938/81).	Teórica	Aula Expositiva
8 DD/MM	A Política Nacional do Meio Ambiente – LPNMA (Lei n. 6.938/81) (continuação).	Teórica	Aula Expositiva
9 DD/MM	A Política Nacional de Educação Ambiental – Lei n. 9.795/99.	Teórica	Aula Expositiva
10 DD/MM	Licenciamento Ambiental. A nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental (Lei n. 15.190/2025)	Teórica	Aula Expositiva
11 DD/MM	Código Florestal (Lei n. 12.651/2012).	Teórica	Aula Expositiva
12 DD/MM	Código Florestal (Lei n. 12.651/2012).(continuação)	Teórica	Aula Expositiva
13 DD/MM	Bioma Mata Atlântica (Lei n. 11.428/2006).	Teórica	Aula Expositiva
14 DD/MM	O Sistema Nacional das Unidades de Conservação – SNUC (Lei n. 9.985/2000).	Teórica	Aula Expositiva
15 DD/MM	Água. A Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei n. 9.433/97).	Teórica	Aula Expositiva
Nº	TEMAS E ATIVIDADES	T/P	MÉTODO
1 DD/MM	Saneamento Básico (Lei n. 11.445/2007, atualizada pela Lei n. 14.026/2020, “Novo Marco Legal do Saneamento”).	Teórica	Aula Expositiva

2 DD/MM	Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305/2010).	Teórica	Aula Expositiva
3 DD/MM	Proteção ao Solo (Mineração, Agrotóxicos etc., a nova Lei n. 14.785/2023).	Teórica	Aula Expositiva
4 DD/MM	Proteção à Atmosfera (Zoneamento Industrial, Dec-lei 1.413/75, a Lei 6.803/80, a nova Lei 14.944/2024 etc.).	Teórica	Aula Expositiva
5 DD/MM	Clima. Convenção do Clima e seus Protocolos. Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/2009).	Teórica	Aula Expositiva
6 DD/MM	Proteção à Fauna (Decreto 24.645/34, Lei 9.605/98). Os Códigos de Caça e de Pesca e suas alterações (Lei n. 5.197/67 e Dec-Lei n. 221/67).	Teórica	Aula Expositiva
7 DD/MM	Biodiversidade e Patrimônio Genético (Leis n. 11.105/2005 e 13.123/2015).	Teórica	Aula Expositiva
8 DD/MM	Meio Ambiente Urbano: Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001).	Teórica	Aula Expositiva
9 DD/MM	Meio Ambiente Urbano: parcelamento do solo urbano (Lei n. 7.347/79).	Teórica	Aula Expositiva
10 DD/MM	Meio Ambiente Artificial, Patrimônio Cultural (Dec-Lei n. 25/37).	Teórica	Aula Expositiva
11 DD/MM	Responsabilidade administrativa pelo dano ou ameaça ao Meio Ambiente. Leis n. 6.938/81 e 9.605/98.	Teórica	Aula Expositiva
12 DD/MM	Responsabilidade civil pelo dano ou ameaça ao Meio Ambiente. Lei 9.605/98.	Teórica	Aula Expositiva

13 DD/MM	Inquérito Civil, Ação Civil Pública e Ação Popular Ambiental. Noção de direitos difusos e coletivos (Constituição Federal, Lei n. 7.347/85).	Teórica	Aula Expositiva
14 DD/MM	Responsabilidade criminal pelo dano ou ameaça ao Meio Ambiente. Lei 9.605/98.	Teórica	Aula Expositiva
15 DD/MM	Direito Ambiental Internacional. Tratados e convenções internacionais de proteção ao meio ambiente	Teórica	Aula Expositiva